

(con. Brasil)

DIONÍSIO DIAS CARNEIRO*

Um dos mais influentes economistas americanos do pós-guerra, Arthur Okun, escreveu nos anos 70 um ensaio sobre a "EQUIDADE Crescente em uma Economia Eficiente", parte de uma reflexão mais geral acerca do que ele denominou de "a grande escolha", a difícil tarefa, enfrentada pelos governos, de escolher entre ações que promovam o aumento da produção e ações que corrijam as desigualdades extremas de consumo. Naquele ensaio, Okun chama a atenção para o fenômeno que denomina "balde furado". Trata-se do desperdício que é, em geral, envolvido nas próprias ações distributivas. Ou seja, ao promover a transferência de renda das famílias mais ricas para as mais pobres, o Estado costuma fazê-lo como se carregando os recursos transferidos em um balde furado. E o furo nesse balde é a pior das ineficiências, pois nem promove a criação da riqueza na economia capitalista, que poderia estar por detrás da tolerância com a desigualdade, nem diminui o sofrimento dos desassistidos.

O sistema tributário resulta ser, nas sociedades modernas, um instrumento imprescindível para a diminuição da desigual-

dade extrema. É natural que, ao se conferir prioridade à correção das distorções econômicas que agravam a pobreza, o instrumento tributário ocupe um papel de destaque. O problema é que o imposto pode ser um grande promotor tanto da ineficiência quanto da desigualdade. E, assim, justifica-se que o governo dedique um esforço importante à melhoria do sistema tributário, como vem sendo anunciado para breve.

O contexto brasileiro atual é favorável, por várias razões: discute-se a iníqua situação das transferências a pensionistas e aposentados, a distribuição de poder tributário entre os diferentes níveis da Federação, a forma de taxar as diversas fontes de rendimento, a incidência sobre as diversas etapas do processo produtivo e os impostos que incidem sobre o emprego e sobre a poupança. Tendo o país se livrado do mais iníquo dos impostos, que é o imposto que a inflação cobra dos pobres, cuja incidência é diretamente proporcional à proximidade da miséria e indiretamente proporcional à capacidade de fugir à moeda nacional, já é tardio um esforço concentrado para a reforma tributária no Brasil. Livres das ilusões da acomodação inflacionária, os congressistas poderão nas próximas semanas extinguir os

impostos em cascata, eliminar as ilusórias taxações sobre movimentação financeira ou esforços concentrados anti-freeshops. Podem melhorar efetivamente a progressividade dos impostos, eliminando isenções tributárias, em conjunto com a falsa progressividade de alíquotas de imposto de renda. A iniciativa anunciada na semana passada ainda não permite uma visão completa das propostas em negociação, mas a falta de um pacote fechado, como mencionou o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, em entrevista ao JB, deve ser um sinal de que nessa matéria o governo precisa estar aberto a sugestões de todos os partidos, em busca de uma estrutura tributária mais racional, que substitua o sistema emergencial montado no período de alta inflação.

A oportunidade é inequívoca. Em raros momentos se pode legitimamente esperar uma combinação tão favorável e simultânea de efeitos sobre a equidade e sobre a eficiência econômica, tendo-se a oportunidade de tapar, se não todos, uma boa parte dos furos desse balde de transferências que tem aumentado a pobreza e limitado o crescimento econômico brasileiro.

*Do Departamento de Economia da PUC-Rio